Art. 1º Aprovar o Projeto de Viabilidade Econômico-Financeira apresentado pela empresa Ramos & Siqueira Ltda, visando à obtenção de incentivo econômico através do PRO/DF II: Processo: 106.000.828/2006

Interessado: Ramos & Siqueira Ltda.

Endereço Atual: Módulo 44, Lote 55B, Residencial Santa maria – Santa Maria/DF

Endereço Pleiteado: AC 115, Conjunto B, Lotes 01 e 02 – Santa Maria/DF

Data da Constituição da Empresa: 02/05/2001

Natureza do Projeto: Relocalização

Área do terreno atual: 1.800m² Indicada: 3.271,05m² A edificar: 1.800m²

Investimento: R\$ 392.030,00

Atividade Econômica: comércio atacadista e varejista de materiais para construção e acabamento, madeiras, ferragens e ferramentas, produtos metalúrgicos, vidros espelhados, vitrais.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO OCTÁVIO ALVES PEREIRA

Coordenador-Executivo

(*) Republicada por ter sido encaminhada com correções no original, publicada no DODF nº 191, de 1º de outubro de 2009, página 08.

CÂMARA SETORIAL DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AGRICULTURA

RESOLUÇÃO Nº 123, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Indefere a convalidação do benefício econômico de empresa no âmbito do Pró/DF II.

A CÂMARA SETORIAL DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AGRICULTURA – COPEP/DF, nos termos do Decreto nº 41.015, de 22 de julho de 2020, que regulamenta as Leis nºs 3.196/2003, 3.266/2003, 4.269/2008, 6.035/2017, 6.251/2018 e 6.468/2019, em sua 23ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º Indeferir a convalidação do benefício econômico no PRÓ/DF II à empresa SOL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA., CNPJ nº 24.934.804/0001-26, processo 0160-000525/1992, por ausência de documentos exigidos pela legislação.

Art. 2º Revogam-se disposições em contrário.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JESUÍNO DE JESUS PEREIRA LEMES

Presidente do COPEP/DF

Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS

RETIFICAÇÃO

Na Ordem de Serviço nº 190, de 16 de setembro de 2021, publicada no DODF nº 177, de 20 de setembro de 2022, página 36, ONDE SE LÊ: “...ORDEM DE SERVIÇO Nº 190, DE 16 DE SETEMBRO DE 2021...”, LEIA-SE: “...ORDEM DE SERVIÇO Nº 190, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022...”.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

PORTARIA Nº 64, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III, V e VII do artigo 105 da Lei Orgânica do Distrito Federal e em conformidade com o disposto na Resolução nº 01/2019 do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal, que dispõe sobre a constituição da Câmara Técnica de Mudança do Clima, resolve:

Art. 1º Dispensar Adelino Paulo Porto da função de membro titular da Câmara Técnica de Mudança do Clima, do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal - CONAM/DF,

representante da Associação do Mercado Imobiliário do Distrito Federal – ADEMI/DF.

Art. 2º Designar Ana De Paula Pinto Assis Fonseca para exercer a função de membro titular da Câmara Técnica de Mudança do Clima, do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal - CONAM/DF, representante da Associação do Mercado Imobiliário do Distrito Federal – ADEMI/DF.

Art. 3º Dispensar Mac Leonardo da Silva Souto da função de membro titular da Câmara Técnica de Mudança do Clima, do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal - CONAM/DF, representante da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - SEAGRI.

Art. 4º Designar Cláudia Alessandra Gomes para exercer a função de membro titular da Câmara Técnica de Mudança do Clima, do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal - CONAM/DF, representante da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - SEAGRI.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ SARNEY FILHO

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS

DECISÃO Nº 36/2022 - IBRAM/PRESI

ACOLHO a recomendação exarada pelo Parecer SEI-GDF nº 65/2022 - IBRAM/PRESI/PROJU, DETERMINANDO o arquivamento do Procedimento Investigativo Preliminar – PIP nº 000391-00007879/2022-41 por ausência de provas essenciais para atestar a ocorrência da infração disciplinar.

CLÁUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS

Presidente

FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO Nº 21, DE 02 DE SETEMBRO DE 2022

O CONSELHO DELIBERATIVO, DA FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o art.7º, inciso II da Lei nº 1.813, de 30 de dezembro de 1997 c/c o artigo 22, inciso V, do Estatuto desta Fundação, resolve:

Art. 1º Aprovar por unanimidade a indicação dos membros para compor o Conselho Consultivo, conforme Processo SEI-GDF nº 00196-00000980/2022-23, visando atender às necessidades da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, decorrente da Ducentésima Septuagésima Oitava Ata Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada em vinte e dois de agosto do corrente ano.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ SARNEY FILHO, ELEUTÉRIA GUERRA PACHECO MENDES, JOSÉ CARLOS LOPES DE OLIVEIRA, ALBERTO GOMES DE BRITO, RENÉ SIQUEIRA LIRA, MIRIAN DAS GRAÇAS DAMASCENO, ELTON SANTOS CARDOSO, NATÁLIA CRISTINA CHAGAS MENDES TEIXEIRA, MARCELO MARINHO, NAIARA SOARES FEITOSA AGUIAR, DANIELLA DOS SANTOS CAMPOS GUIMARÃES

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

PORTARIA Nº 13, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência delegada pelo inciso I do art. 2º da Portaria nº 31, de 17 de dezembro de 2020, da Casa Civil do Distrito Federal e com amparo no art. 217 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Reconduzir a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela PORTARIA Nº 08, DE 31 DE MAIO DE 2022, publicada no DODF nº 102, de 1º de junho de 2022, para prosseguir com a apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no processo DF nº 00002-00000985/2022-31, abrangendo os atos e fatos conexos que emergirem no curso da apuração.

Art. 2º Estabelecer o prazo de sessenta dias para a conclusão dos trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO PEREIRA DOS SANTOS